

# COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 4.944, DE 2023

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para determinar a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre terminais móveis de uso individual.

**Autor:** Deputado AUREO RIBEIRO

**Relator:** Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.944, de 2023, de autoria do Deputado Aureo Ribeiro, propõe a inclusão de um novo parágrafo no art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966 – Lei do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ou Fistel, estabelecendo a não incidência da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF sobre os terminais móveis de uso individual, tais como aparelhos de telefonia móvel.

Em sua justificção, o Deputado cita estudo elaborado pela consultoria do Senado Federal que aponta que o Serviço Móvel Pessoal – SMP responde por aproximadamente 95% da arrecadação das taxas do Fistel, o que seria uma evidente desproporcionalidade.

Defende ainda que os terminais móveis são fiscalizados pela Agência Nacional de Telecomunicação – Anatel apenas no momento do registro e homologação (certificação) dos aparelhos, não havendo efetiva fiscalização do funcionamento desses terminais nem na habilitação nem



durante o uso, motivo pelo qual não caberia, portanto, a cobrança da TFI e nem tampouco da TFF.

A proposição foi distribuída à Comissão de Comunicação, para análise de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação, para análise de mérito e da adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, apenas para verificação do atendimento aos pressupostos de regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade.

A proposta está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, e tramita no regime ordinário.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

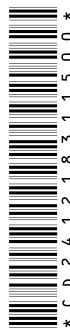
É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 1º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966 – Lei do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, o Fistel é “destinado a prover recursos para cobrir despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização de serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução”.

O art. 6º da Lei do Fistel detalha as taxas de fiscalização, que se desdobram na Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI e na Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF. Mais especificamente, a TFI é “devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações”. A TFF, por sua vez, é “devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, anualmente, pela fiscalização do funcionamento das estações”.

As taxas de fiscalização, principais fontes de financiamento do Fistel, vinham sendo responsáveis por uma arrecadação média de mais de 1,5



bilhão de reais anuais para o fundo até 2020, quando uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal de Brasília, durante a pandemia de Covid-19, provocou a suspensão desses recolhimentos. A Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel estima que os valores acumulados desde 2020 não arrecadados a título de Fistel estejam na casa dos 12 bilhões de reais<sup>1</sup>.

O exagero da tributação incidente na forma das taxas de fiscalização fica evidente quando comparamos os valores recolhidos a esse título com o gasto que deveriam custear, qual seja, o orçamento anual da Anatel, que ficou na faixa de 550 a 600 milhões de reais anuais nos últimos 4 anos<sup>2</sup>.

Importante destacar que há ainda outras fontes significativas na composição do Fistel, como as arrecadações relativas ao exercício do poder de outorga e de aplicação de multas pela agência reguladora. Apesar de se tratarem de valores muito voláteis, variando de forma expressiva ano a ano, e de parte desses recursos ser legalmente destinada a outros fundos, como o Fundo de Universalização das Telecomunicações – Fust, notamos que a primeira somou, em média, quase 800 milhões de reais anuais nos últimos 7 anos, e a segunda, no mesmo período, pouco mais de 350 milhões de reais anuais<sup>3</sup>.

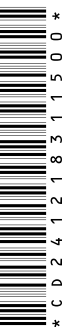
Os dados apontados deixam evidente os excessos praticados pelo Poder Público na instituição de taxas sobre os serviços de telecomunicações, uma vez que a arrecadação supera em muito os valores empenhados na fiscalização desses serviços.

Conforme indicado pelo autor na justificação do projeto, a telefonia celular é responsável por quase 95% dos valores arrecadados a título de taxas de fiscalização. Essa participação desproporcionalmente elevada se deve principalmente à incidência da TFI e da TFF sobre os aparelhos celulares, que hoje somam mais de 250 milhões de unidades ativas em todo País. Notamos, por outro lado, que os aparelhos não são fiscalizados

<sup>1</sup> Dados retirados de <https://www.convergenciadigital.com.br/Telecom/Teles-devem-quase-R%24-12-bilhoes-a-Uniao-de-Fistel-65450.html>, acessado em 21/5/2024.

<sup>2</sup> O orçamento da Anatel está disponível no endereço <https://portal.datransparencia.gov.br/orgaos/41231>, acessado em 21/5/2024.

<sup>3</sup> Os dados oficiais de arrecadação do Fistel estão disponíveis no seguinte endereço: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/arrecadacao/fistel>, acessado em 21/5/2024.



individualmente pela Anatel, apenas de maneira coletiva durante o processo de homologação. Tendo em vista que não há efetiva fiscalização do funcionamento desses terminais, nem na habilitação nem durante o uso, a conclusão mais natural é a de que não caberia a cobrança da TFI e nem tampouco da TFF para tais dispositivos.

Diante dos fatos apresentados, e considerando ainda que a isenção da TFI e da TFF sobre os aparelhos celulares permitirá redução nos preços praticados pelas operadoras, com benefícios para toda a sociedade brasileira, acreditamos que o projeto do Deputado Aureo merece ser recepcionado por este colegiado.

Complementarmente, e com o objetivo de harmonizar as disposições da Lei do Fistel com a medida pretendida no projeto, estamos propondo a revogação dos itens 1.c e 48.g da Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação (Em R\$) constante do Anexo I da Lei nº 5.070/1966, os quais fixam os valores das taxas de fiscalização para os terminais móveis do Serviço Móvel Celular e do Serviço Móvel Pessoal, respectivamente. Essa alteração foi incorporada ao projeto por meio de um substitutivo, que oferecemos à apreciação dos nobres pares.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.944, de 2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO  
Relator



COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.944, DE 2023

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para determinar a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre terminais móveis de uso individual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, para determinar a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre terminais móveis de uso individual.

Art. 2º A Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....

§ 7º As taxas de que trata este artigo não incidem sobre os terminais móveis de uso individual, tais como aparelhos de telefonia móvel.”

Art. 3º Ficam revogados os itens 1.c e 48.g da Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação (Em R\$) constante do Anexo I da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.



Deputado JULIO CESAR RIBEIRO  
Relator

Apresentação: 27/05/2024 16:23:18.113 - CCOM  
PRL 1 CCOM => PL 4944/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241218311500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro

